

REPRODUÇÃO IDEOLÓGICA E PRECONCEITO LINGÜÍSTICO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Daniela Cardoso*

RESUMO: O ensino de Língua Portuguesa, ainda hoje, expressa preconceitos lingüísticos. Construiu-se um mito de que há os que falam e ou escrevem certo e os que falam e ou escrevem “errado”. Essa separação é, em sua essência, ideológica, haja vista a ligação existente entre ideologia e linguagem. A realidade lingüística brasileira sugere mudanças profundas nas concepções de linguagem a serem consideradas para um ensino de língua materna mais adequado e, por que não dizer, mais “eficiente”.

PALAVRAS-CHAVE: linguagem; ideologia; ensino.

IDEOLOGICAL REPRODUCTION AND THE LINGUISTIC PREJUDICE IN THE TEACHING OF THE PORTUGUESE LANGUAGE

ABSTRACT: The Portuguese Language teaching, yet today, articulates linguistics prejudice. The mystic was built and there are some people whom spoke or write right, and others who spoke and/or write wrong. This division is, in its essence, ideology. There are existents link between ideology and language. The truth Brazilian linguistics proposed hard changes in the conceptions of the language, that need been considered to teaching a more adequate essential language (first language), and why don't say more “efficient”.

KEY WORDS: language; ideology; learn.

1. Introdução

Ao realizar a disciplina Ideologia e Educação, ministrada pela professora Dra. Marlene Ribeiro (UFRGS), surgiram algumas perguntas: Como o fator ideológico se manifesta na aprendizagem lingüística? Há uma neutralidade lingüística? As variedades lingüísticas correspondem a variações ideológicas/discursivas? Como o ensino de língua portuguesa contempla (ou não) a diversidade lingüística?

É em busca de alguns apontamentos para essas questões que realizamos uma pesquisa bibliográfica-documental e de corte transversal de autores com o tema linguagem e ideologia.

* Docente da Unipar – Campus Francisco Beltrão. Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Endereço: Rua Antonio Paiva Cautelmo, 395, Centro, Francisco Beltrão, PR, 85.604-251

2. O Fator Ideológico e a Linguagem

Inicialmente, vejamos as afirmações de Fiorin. Nas palavras do autor (2000, p. 32), “a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo”. Para esclarecer o que é essa compreensão recorreremos a Kronbauer (2002, p. 274), o qual afirma que a compreensão do mundo é uma interpretação que só se efetiva na linguagem. Ao referir-se ao método de alfabetização proposto por Paulo Freire em *Pedagogia do oprimido*, este autor lembra que as palavras geradoras surgem carregadas de significado – plenamente ligado com a vida social e cultural do ser: “É como se cada palavra deixasse aparecer o todo da linguagem a qual ela pertence e fizesse vir à tona o todo da visão de mundo que a ela subjaz” (KRONBAUER, 2002, p. 274), portanto, transparecendo a ideologia a que se veicula.

Voltando a Fiorin (2000, p. 32), encontramos, ainda, a sugestão de que uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social. Ou seja, o conjunto de representações, das idéias, da compreensão que uma dada classe tem da vida e do mundo, revela-se através das formações ideológicas (como veremos sempre ligadas a uma formação lingüística). Bakhtin, em sua obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, vai mostrar que a palavra deve ser considerada como “signo social para compreender seu funcionamento como instrumento da consciência” (1995, p. 37). Para esse autor, a palavra é instrumento da consciência, e é justamente isso o que determina que a palavra acompanhe toda a criação ideológica. “Os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual, ou um comportamento humano) não podem operar sem a participação do discurso interno” (1995, p. 38).

Bakhtin afirma, ainda, que “tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. [...] Sem signos não existe ideologia” (1995, p. 31) Os objetos não possuem sentido em si, apenas uma função. É através do signo que este objeto pode tornar-se ideológico, ou seja, dotado de significado. Assim, para ele “o domínio do ideológico coincide como o domínio do signo”. (1995, p. 32) O signo ideológico não é somente um reflexo ou uma refração da realidade, mas uma parte material dessa realidade. Ou seja, todo o fenômeno ideológico (portanto lingüístico) tem uma encarnação material seja na palavra – som, seja no gesto etc. Nos fatos, assumir o signo ideológico como fragmento material da realidade implica assumir a linguagem como objeto “passível de um estudo metodológico e objetivo” (BAKHTIN, 1995, p. 33).

Outro aspecto importante é o fato de que esses autores ligam a linguagem à objetivação da própria consciência. Numa perspectiva bakhtiniana, pode-se dizer que a consciência materializa-se socialmente após passar pela etapa da objetivação – arte, ciência, linguagem, trabalho etc. O autor considera que a linguagem é a realidade da consciência. Ao contrário dos idealistas, ele assume o

caráter social da consciência, mesmo em sua forma primária e confusa, pois ela só existe em seres organizados socialmente em torno de um processo de produção (Op. Cit. p. 36, 37, 42).

Uma afirmação esclarecedora sobre a relação entre consciência e linguagem já havia sido feita na obra *Ideologia alemã*, na qual Marx e Engels também afirmam que a linguagem é a realidade material da consciência (1984, p. 33).

O espírito tem de antemão a maldição de estar “preso” à matéria, a qual nos surge aqui na forma de camadas de ar em movimento, de sons, numa palavra, da linguagem. A linguagem é tão velha como a consciência - a linguagem é a consciência real prática que existe também para os outros homens [...] (1984, p. 33).

Assumir que a linguagem é a realidade da própria consciência implica, de fato, compreendermos a própria consciência como fato social. Ainda no primeiro capítulo de *Ideologia alemã*, encontramos a afirmação de que tanto a linguagem quanto a consciência surgem “da necessidade, da carência física do intercâmbio com outros homens” (1984, p. 34). Para esses autores a consciência é produto das próprias relações sociais e, portanto, desde o seu início é social (1984, p.34; 21-24).

Para manter-se vivo, o ser humano tem de satisfazer algumas necessidades primordiais – comer, beber, vestir, morar, entre outras -, então, dessas necessidades, surge o primeiro ato histórico da humanidade “a produção dos meios para satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material” (MARX & ENGELS, 1984, p. 31). Ao suprir as necessidades de sobrevivência e de posse dos meios de produção, o ser humano faz surgir novas necessidades e segue renovando sua vida dia a dia. Surge, então, a produção de outros seres humanos, a relação entre homens e mulheres e, desta, os filhos. Forma-se, assim, o primeiro núcleo de relação social (a família) que se amplia, ao passo que aumentam as necessidades, num movimento contínuo e único (Op. Cit., 1984, p. 31, 32).

Dessa elaboração decorre a máxima que o ser humano está, desde o início de sua existência, em relação com o outro. Pode-se dizer, com isso, que as relações sociais são a razão e a base da comunicação, portanto, da linguagem. Esta última é o meio no qual os seres humanos se encontram, se reconhecem e tem de se entenderem uns com os outros para satisfazerem suas necessidades. Segundo Kronbauer, é na linguagem que se efetiva a interpretação do mundo. (2002, p.273) A comunicação é ato social, no qual se encontram as próprias relações sociais. O estudo da comunicação, portanto, da linguagem, permite compreender as relações sociais que nela se exprimem.

Retomando mais uma vez a obra de Bakhtin encontramos uma afirmação contundente a respeito da ligação entre a linguagem e as relações sociais que, em última instância, são as relações de produção.

As relações de produção e a estrutura sócio-política que delas diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis entre indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica. Por sua vez, das condições, formas e tipos de

comunicação verbal derivam tanto as formas como os temas dos atos de fala. (1976, p. 42).

Também, para Fiorin (2000, p. 35), “o homem é produto de relações sociais ativas e inteligentes” e a consciência é formada pelo conjunto dos discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo de sua vida. “O homem aprende como ver o mundo pelos discursos que assimila e, na maior parte das vezes, reproduz esses discursos em sua fala”. Assim, esse autor explica que, como materialização da consciência e instrumento de comunicação, a linguagem, constitui um fator social, ou seja, sofre determinações sociais.

A decorrência da afirmação de que o falante forma sua consciência pelos discursos que assimila e passa a verbalizar essa consciência através da linguagem, é de reconhecer que esse falante é, na verdade, como afirma Fiorin, um “suporte das formações discursivas” e, portanto, ideológicas e sociais (2000, p.43). Na realidade, a linguagem carrega consigo, em cada signo, uma dada ideologia, um dado valor social.

A todo esse complexo fenômeno devemos acrescentar o fato de o ser humano viver em uma sociedade atravessada por profundos conflitos sociais. Ou seja, o meio real em que vive o ser humano é profundamente contraditório. A partir do momento em que este homem toma consciência do real é que se torna possível todo o ato de abstração e de representação do real (MARX & ENGELS, 1984, p.23). Nos fatos não saímos por aí carregando objetos em nossa mente, mas tomamos consciência da existência deles e de sua essência e com isso os representamos em um ato de consciência pura, trabalhamos sobre conceitos elaborados com base na realidade. “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX & ENGELS, 1984, p.23).

É assim que a linguagem – o signo lingüístico – se torna arena de conflitos de classe. Segundo Bakhtin,

Na verdade é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo se abstraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade (Op. cit. 1995, p. 46).

O autor afirma, igualmente, que há uma intenção ideológica no fato de posicionar a linguagem em algum lugar fora da sociedade e da luta de classe. Nas palavras de Bakhtin.

A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente (1995, p.47).

Ainda que esta pesquisa seja inicial e não pretenda, de forma alguma, responder a todos os questionamentos que iniciaram este trabalho, nos fatos,

descobrimos que, sem levarmos em conta todos os elementos citados anteriormente, é impossível termos uma prática verdadeiramente educativa no ensino de Língua Portuguesa. Por isso, nesse momento, faz-se necessário discutir-se estratégias de ensino que incorporem os elementos teóricos levantados, bem como a realidade lingüística diversificada. Assim, quer-se discutir como levar os alunos à utilização consciente da língua e, sobretudo, como fazer isso respeitando a identidade lingüística.

Para compreender-se os fenômenos lingüísticos que ocorrem na sociedade e, que, portanto, estarão presentes na escola, dedicar-se-á um pequeno espaço para uma análise do contexto lingüístico brasileiro. Diversos autores já vêm diagnosticando a realidade lingüística do país em materiais amplamente divulgados. Tais materiais pretendem, em geral, convencer sobre a diversidade lingüística e a necessidade de sua real compreensão para o ensino da língua. Compreende-se que a diversidade lingüística constitui mais um fator relevante na concepção lingüística que deve ser assumida pelos professores de Língua Portuguesa.

3. O Mito da Unidade Lingüística

Embora, no Brasil, a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta alto grau de diversidade ou variabilidade. Essa variabilidade não é decorrente apenas da história e da grande extensão territorial do país. Ela é, essencialmente, resultado das diferenças sociais, materializadas na língua através da história. Também no Brasil, a educação, sobretudo de qualidade, é privilégio de alguns poucos. No início desse terceiro milênio, temos ainda uma importante quantidade de brasileiros analfabetos.

A língua reconhecida, a norma culta, é aquela que se aproxima da expressão literária da linguagem, empregada pelos jornalistas e escritores. Há uma imensa parcela da população que não tem acesso a essa norma, a não ser num sentido essencialmente passivo: lê e escuta, episodicamente, sem participar efetivamente desse intercâmbio lingüístico. Afirmar a unidade lingüística do Brasil é reconhecer a existência dos *sem língua* (BAGNO, 1999).

Estudos têm comprovado que, comumente, falantes das variedades divergentes do padrão da língua portuguesa têm dificuldade de entender as mensagens enviadas na língua padrão. Uma revelação importante nesse sentido foi feita no artigo "Problemas de comunicação interdialetoal", referente à periferia de Brasília, por Stella Maris Ricardo-Bortoni. Para esses autores:

"A idéia de que somos um país privilegiado, pois do ponto de vista lingüístico tudo nos une e nada nos separa, parece-me, contudo, ser apenas mais um dos grandes mitos arraigados em nossa cultura. Um mito, por sinal, de conseqüências danosas, pois, na medida em que não se reconhecem os problemas de comunicação entre falantes de diferentes

variedades da língua, nada se faz também para resolvê-los (*apud* BAGNO, 1999, p. 18).

Nos fatos, vivemos no Brasil verdadeira luta lingüística, entre o padrão culto e as variantes populares. Essa luta revela-se de forma privilegiada na escola, pois é ali que, em geral, acontecem os primeiros contatos entre o padrão dito culto e as variantes populares da língua.

4. Aprendizagem Lingüística ou Reprodução Ideológica?

A realidade objetiva, as relações sociais e os conflitos decorrentes da forma de organização da humanidade influenciam diretamente na forma e no conteúdo da fala humana. As próprias contradições da sociedade não poderiam deixar de se manifestarem na materialidade ideológica da consciência – a linguagem. É em meio ao complexo fenômeno das relações humanas que acontece a aprendizagem lingüística, entendida por Fiorin, como a aprendizagem de um discurso. Para Carboni, “a aprendizagem de uma língua consiste precisamente em fazer com que o sinal assuma conteúdo de signo” (1997, p. 125). Assim, na aprendizagem lingüística estão imanentes aprendizagens ideológicas. O signo ideológico confere a uma dada coisa um significado, o signo lingüístico é, na verdade, a materialidade da ideologia (também da consciência, já que esta é formada por valores). Assim, a aprendizagem lingüística é, em última instância, a aprendizagem de uma ideologia imbricada na linguagem.

Fiorin afirma que a “aprendizagem lingüística” cria uma “consciência verbal”, capaz de fazer com que os indivíduos sintam-se membros efetivos de um determinado grupo social. Para esse lingüista “a aprendizagem lingüística está estritamente vinculada à produção de uma identidade ideológica, que é o papel que o indivíduo exerce no interior de uma formação social” (2000, p. 44).

As contradições são agravadas quando, - ao invés de incentivar o uso das habilidades lingüísticas, deixando o aluno expressar-se livremente, para somente depois lhe apresentar a norma culta para sua fala ou escrita -, o ensino institucional interrompe o fluxo natural da expressão e da comunicação da criança numa atitude comumente arbitrária e preconceituosa, mesmo quando bem intencionada.

Os falantes são corrigidos como se a língua que falam ou escrevem não fosse o português; mesmo quando expressam e registram, corretamente, formas sintáticas, semânticas e lexicais universais e, portanto, *padrões*, no meio social em que vivem. Fenômeno agravado pelo fato de que, não raro, algumas dessas formas, estatisticamente, são mais generalizadas entre os locutores brasileiros do que as formas padrão da norma culta. Com isso, os representantes da variante culta – sobretudo os professores – questionam e corrigem expressões correntes no mundo social dos seus alunos, corrigindo, também, no mesmo ato, idéias, ideologias e formas de ver o mundo, imbricadas na variante não-padrão.

Ao se tentar obrigar os alunos a expressarem-se na língua padrão choca-se com as concepções de mundo homogêneas no mundo social por eles habitados; mundo, para onde retornam, diariamente, para viver atos fundamentais de sua socialização. A conseqüência dessa violência lingüística se expressa, geralmente, na criação de sentimentos de incapacidade e de incompetência por parte dos alunos. Em última instância, essa contradição manifesta-se na rejeição do aprendizado em língua portuguesa culta, que resulta em altas taxas de fracasso escolar (BAGNO, 1999, p.107).

Segundo Geraldi (1996, p. 63), os alunos pertencentes a classes populares falam, compreendem e interpretam o mundo de uma forma que a escola, durante longo período, não aceitou e continua não aceitando. Os conhecimentos, expostos pelos falantes da variante popular são, freqüentemente, desprezados, pois a linguagem na qual veiculizam esses conhecimentos é vista como materialização de subalternidade social, intelectual e cultural.

As concepções lingüísticas, apresentadas, infelizmente, não são efetivadas nas práticas pedagógicas da escola (GERALDI, 1996, p. 50). A diversidade lingüística, sobretudo expressão da desigualdade social, tem sido desconsiderada pelo sistema de ensino. A linguagem exigida na escola – em especial nas aulas de língua portuguesa – corresponde ao modelo lingüístico próprio das classes dominantes e das categorias sociais a elas vinculadas. As demais variações são consideradas mal-formadas, imperfeitas, deturpações da norma culta.

5. Conclusão

Quando se fala dos usos da língua se faz referência, não raras vezes, ao sistema descrito na gramática, ignorando que a realidade lingüística está nos diversos tipos de texto que ligam receptor e emissor em situações comunicativas. Produzimos textos para satisfazer a dadas necessidades de comunicação. Por isso mesmo é que encontramos diferenças textuais em todos os níveis – morfológico, sintático, semântico etc. Textos jurídicos diferem de manuais, gramáticas diferem de textos literários, entre outros.

No entanto, a função máxima da linguagem não se limita a comunicar. A linguagem cumpre papel determinante na inserção social, na efetivação da formação da identidade, na capacidade de abstração entre outras funções. Assim, não podemos negar que, na complexa realidade social em que vivemos a codificação e decodificação adequada da língua é fundamental para efetivação de diferentes interpretações do mundo. Nisso consiste a importância do conhecimento da norma lingüística, afinal em contextos formais e rígidos dificilmente serão incorporadas expressões, sintaxes, léxicos desprovidos da tal tradição lingüístico-gramatical. Porém, em situações reais e cotidianas de comunicação o contrário é verdadeiro. Ou seja, a língua continua a seguir as normas mínimas de uso gramatical, mas deve estar sempre pronta a enfrentar situações de uso cotidiano

numa imensidão de textos e contextos comunicativos que requerem agilidade e adaptação para veicular uma mensagem ou uma representação da nova realidade.

Atualmente, há uma clara distinção entre a língua como sistema descrito e a sua realização discursiva. Daí é que se origina o contraste entre a norma – que orienta alguns usos lingüísticos e condena outros – e a necessidade de uma língua que respeite a identidade social e o sentimento de pertença imbricado no uso coletivo de uma dada variedade lingüística e, que, ainda se adapte ao movimento real das situações de comunicação.

As oscilações lingüísticas a que hoje se assiste em situações reais de comunicação, tanto por parte de falantes ditos cultos quanto os ditos não-cultos refletem a dificuldade de o uso lingüístico seguir “orientações” prescritivas. A realidade lingüística do Brasil sugere que adotemos novas estratégias de utilização, sobretudo, de ensino, da língua. A proposta deverá preservar a identidade dos setores sociais que mais freqüentemente utilizam a língua não-padrão. É preciso retirar a capa silenciadora que o sistema, excludente em sua essência, colocou sobre esses setores com o pretexto de preservação lingüística, mas que esconde um objetivo social, o de negar a existência dos próprios falantes da variedade não-padrão. Faz-se necessário que esses sujeitos sociais se projetem socialmente, transformem o mundo a sua maneira, humanizando-se nesse processo.

Para que isso ocorra, é preciso que os sujeitos/alunos assumam o risco de dizer a sua palavra e não a do outro. A proposta tradicional de ensino da língua reflete a ideologia dominante. Os sujeitos sociais que fazem uso freqüente da norma não padrão são discriminados, a essa prática lingüística é relegado um lugar desprivilegiado, ocasionando o ofuscamento simbólico desses sujeitos sociais – conforme já afirmado pelos autores trabalhados anteriormente.

O objetivo é de fazer com que os alunos tomem consciência dos problemas lingüísticos, da grande diversidade lingüística e, sobretudo, do uso lingüístico que fazem (ou da falta deste). Para isso, em primeiro lugar, é preciso que aceitemos o sujeito social, aceitando sua fala. Pois, o ato de negar o espaço de fala (com posturas preconceituosas) é o ato de negar a existência do sujeito social. Com o espaço de projeção social, o próximo passo é conscientizar o aluno das diversas possibilidades de leitura para um texto, das diversas estratégias de coerção lingüística, dos diversos recursos que a língua oferece para que ele tome posições perante a sociedade, e seja capaz de convencer os outros ou ser convencido.

Somente a partir do momento em que se conseguir que os alunos dominem de forma, relativamente, suficiente os recursos da língua para compreensão, interpretação e produção textual – seja em situações de fala ou escrita, o professor terá cumprido com a sua função de educador. Produzindo textos, falando, posicionado-se, esses sujeitos serão projetados socialmente podendo influenciar o mundo com sua ideologia. Nesse processo interativo entre a leitura, a interpretação e a produção textual, os elementos gramaticais seriam facilmente reconhecidos e, até certo ponto, incorporados pelo falante. Não há como exigir que os alunos utilizem “bem” um recurso, se nega as suas reais funções: de

comunicação, interpretação do real e posicionamento frente a realidade. Exigir que escrevam ou falem o português “correto”, sem que tenham as reais condições de ler e saber posicionar-se é como solicitar que repitam tal qual papagaios os discursos alheios, rompendo assim com a característica “hominizadora” do ser humano. Não há nisso nada de pedagógico.

6. Referências

- BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua e tradição gramatical*. Campinas: ALB: Mercado de Letras, 1997.
- CAMACHO, Roberto Gomes. “O sistema escolar e o ensino da língua portuguesa”. São Paulo: Alfa, 1985.
- CARBONI, Florence. *Lingüística II*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- _____. “Marxismo, lingüística e história: algumas considerações exploratórias”. In: *Luz e sombras. Ensaios de interpretação marxista*. Porto Alegre: CEM, 1997. p. 113-129.
- FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. Série Princípios.
- GERALDI, João Wanderley. *Linguagem e ensino: ensino de militância e divulgação*. Campinas: ALB, Mercado de Letras, 1996.
- KRONBAUER, Luiz Gilberto. Fiori : a linguagem, o pensar e a práxis. IN: PIOVESAN, Américo et al. (Org.) *Filosofia e ensino em debate*. Ijuí: Unijuí, 2002. p. 271-294.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Moraes, 1984.
- MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. v. 1. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- ORLANDI, Eni P. *O que é Lingüística*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- TARALLO, Fernando & ALKMIN, Tânia. *Falares crioulos – línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1987. Série Fundamentos, n. 15.

VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. Documentos obtidos via internet:

FRANÇA, Vera Veiga. *Convivência urbana: lugar de fala e construção do sujeito*. Disponível em [<http://www.ilea.ufrgs.ler.intexto>]. Acesso em: 13 de agosto de 2002.

Data de Recebimento: 16/02/2002.

Data de Aceite: 23/11/2002.